

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em vinte e seis de fevereiro do ano em curso.

As dezesseis horas do dia vinte e seis de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Aeyr Silva da Rocha, e com a ocupação da primeira Secretária, pelo Vereador Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna, e na ausência do segundo Secretário Titular, assumiu "AD HOC" o Vereador Valfredo dos Santos Silva, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Lago Triz. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Carlos Roberto Silva, Dirley Pereira da Silva, Félix da Costa Gomes, José Oscar Elias, Jânio dos Santos Mendes, Orlando da Silva Pereira, Walmir Rodrigues de Lacerda e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Reunião em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Segunda Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente considerou o Vereador Dirley Pereira da Silva para

fazer a leitura do Texto Bíblico, convidando a todos que ficassem de pé. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Requerimento nº 15/91 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, solicitando informações a Presidência da CERT, quanto ao convênio da taxa de iluminação pública; Requerimento nº 014/91 de autoria do Vereador Jânio dos Santos Mendes, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, informações e providências quanto ao serviço de transporte coletivo do Município; Indicação nº 002/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, dispendo sobre envio de Expediente ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, solicitando providências quanto a construção de uma rede de água pluvial, na Rua Romário Gomes, situada no Bairro Vila Nova; Indicação nº 007/91 de autoria do Vereador Dirley Pereira da Silva, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, a implantação de linha de ônibus ligando a comunidade de Pacheco, Angelim, Araçá e Agriça, a Armazém dos Búzios, via Raza; e Indicação nº 008/91 de autoria do Vereador Valfredo dos Santos Silva, indicando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal a impressão e fixação de tabela com os preços de produtos relacionados pela SUNAB. Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fêz uso da Tribuna Co-

no primeiro orador inscrito o Vereador Oxlan-
do da Silva Pereira, que abordou as inves-
tigações que estava fazendo quanto as contas
da Câmara referentes ao ano de mil novecen-
tos e noventa e um, dizendo ter ficado es-
tarrecido por verificar que a Câmara tinha
dispendido em um só mês, cr# 355.000,00 (tre-
zentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros) pa-
ra pagamento de combustível, sendo que o veí-
culo da Câmara, movido a álcool, também
estava registrado nas notas grande consu-
mo de gasolina. Prossequindo, disse que em
entrevista a órgão de imprensa aventara a
possibilidade de requerer uma Comissão
de Inquirição para apurar as irregularida-
des apontadas ao curso de suas pesquisas
investigatórias. Citou a seguir processo em
que Dianira Silva de Carvalho recebe pa-
gamento de cr# 1.400,00 (mil e quatrocentos cru-
zeiros), não havendo recibo da parte credora,
constando apenas uma nota simples com
o referido valor, e que comparecera ao estabele-
cimento tendo averiguado com o proprietário
que nunca havia solicitado da Câmara pa-
gamento por fornecimento de mercadorias, o
que era mais um absurdo inominável. Dis-
se também ter constatado, através dos proces-
sos de pagamento em análise, que o veículo
da Câmara estava constantemente em re-
paros, e que tendo comparecido a Oficina de
Sidney Alves Faustino, ou Klausino, solicita-
ra informações sobre as notas fiscais núme-
ros 1298 e 605, onde a Câmara Municipal de
Cabo Frio pagava troca de peças em seu

veículo como rotor, platinado, condensador, bobina de ignição e óleo do motor. Ainda comentando sobre as notas, disse, colocando um interregrão em seus argumentos, ter solicitado ao motorista da Câmara para que levasse o veículo da Câmara para trocar as peças citadas, tendo o dono da oficina afirmado que o que via era um escândalo, pois o carro da Câmara era equipado com ignição eletrônica. Prosseguindo, disse que quando afirmava em sua entrevista ao jornal "O Canal", que alguns Vereadores estavam sendo beneficiados pela Câmara, entendia ter razão, pois as provas eram irrefutáveis, consolidadas. Adiante, disse ter ido a firma Garcia Alessório visto ter encontrado três processos de pagamento, com favorecimento para a empresa, e que no dia vinte de setembro de 1990, o veículo da Câmara havia trocado jogo de velas e platinado, que no dia 26 do mesmo mês em Búzios Baterias, mais um jogo de velas e platinado, e mais, que na nota de combustível o que o deixava confuso, com referência a nota expedida em 29 de novembro de 1990, especificava-se o seguinte:

Quantidade 04, MG 4 de meio litro, óleo de motor, MG 1, quatro latas, MG 4, oito latas e dois lubrificantes. Câmara Municipal, álcool, Câmara Municipal, tres mil, trezentos e vinte e dois ponto oito litros de álcool. Gazolina, duzentos e setenta e dois ponto dois. Gazolina, setecentos, e cinquenta e cinco ponto um litros. Gazolina, D160, álcool, duzentos e cinquenta e sete litros. Prosseguindo, disse que

no dia 14 de novembro de 1990, especificava-se em nota do fornecedor trinta latas de óleo MG 4 consumidas pelo veículo da Câmara, doze latas de óleo de meio litro, um frasco de óleo de freio e sete latas de óleo MG 1. Ponderou a seguir que tais fatos eram irregulares e que havia a obrigação de ser apurado, e que assim apresentava o resultado de suas investigações, e que acima de tudo o Poder Legislativo, por imperativo da moral e da dignidade haveria de ser preservado, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais Vereadores para fazer uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a "ORDEM DO DIA", que constou do seguinte: Foram aprovados os Requerimentos nº 014/91 de autoria do Vereador Jânio dos Santos Mendes e 15/91 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro. Aprovadas as seguintes Indicações: nº 002/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda; nº 007/91 de autoria do Vereador Dixley Pereira da Silva; e nº 008/91 de autoria do Vereador Valfredo dos Santos Silva. Terminada a "ORDEM DO DIA", o Senhor Presidente, RETIFICANDO: Aprovados os pareceres da Comissão de Redação Final nos seguintes Projetos de Lei: nº 035/90, 049/90 e 051/90. Terminada a "ORDEM DO DIA", o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Nesta etapa fez uso da palavra o Vereador José Oscar Elias, que de imediato lamentou a paralisação do Horto Mercado Sebastião Joan, sem perspectivas de prazo para término, e segundo informações haveria também a pendên-

cia judicial visto a Prefeitura não ter feito o depósito referente a desapropriação, e ainda, que em próxima reunião entraria com Requerimento solicitando informações ao Executivo. Disse adiante que a não conclusão do Horto Mercado seria um gasto inútil do dinheiro público com o que não podia concordar. Falou também da intenção do Governo Municipal em desapropriar a Fazenda Assunção, e que mais uma vez a Prefeitura dispenderia uma grande soma em dinheiro, e mais, que antes de tais iniciativas o Prefeito se preocupasse em normalizar o pagamento do funcionalismo e até mesmo dos fornecedores. Ainda quanto a impasse da desapropriação de área da 1001, para construção do Horto Mercado, entendia que o Prefeito havia também sido mal assessorado, o que não podia admitir visto ser matéria primária, e disse saber que a 1001 havia pago os impostos de 1989 e 1990 com valores atualizados de forma a valorizar a desapropriação, encerrando a seguir sua fala. A seguir fez uso da palavra o Vereador Jânio dos Santos Mendes, que falou da visita que fizera ao Hospital Santa Izabel, juntamente com os Vereadores José Oscar Elias, e Orlando da Silva Pereira, podendo a representação da Câmara, constatar as obras realizadas, o que dignificava o atendimento médico a Região dos Lagos. Disse que por outro lado, o Hospital passava por momentos difíceis visto a redução das verbas passadas pelo Sistema Único de Saúde, quando a Secretária de Estado de Saúde, limitara em R\$30.000.000,00 (trinta mi-

elhões o limite com gastos de saúde para o Município, e que assim sendo a primeira atitude da Secretaria Municipal de Saúde órgão centralizador do SUS, fora convocar os prestadores de serviços e cortar as contas. Prosseguindo, disse que a cota do Hospital Santa Isabel tivera sua cota reduzida de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros) para R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros), o que fazia com que o nosocômio praticamente fosse inoperante, pois tal verba apenas supunha as necessidades de sete dias, restantes do mês. Disse em prosseguimento que a Câmara estava viabilizando um diálogo junto a Secretaria de Estado de Saúde para que a situação fosse contornada tranquilizando a população, não apenas de Cabo Frio, mas de toda a Região dos Lagos. Lembrou a seguir que pelo artigo 194, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município, existe a obrigação de aplicação orçamentária nunca inferior a sete por cento com relação as verbas do Sistema Unico de Saúde, com relação a área, e caso a lei não estivesse sendo aplicada, fazia apelo a Administração Municipal para que o texto legal fosse atendido de imediato, pois assim o exigia a responsabilidade administrativa, na medida em que a Municipalidade tinha condições de resolver a situação do Hospital Santa Isabel, até que uma solução definitiva fosse encontrada junto a Secretaria de Estado de Saúde, encerrando a seguir sua fala. A seguir fez uso da palavra o Vereador Walmir Rodrigues de Maceda, afirmando de início não poder ficar em

silêncio com relação a situação da saúde no Município, reflexo negativo da precariedade gestora da Nação e do Estado. Disse de sua preocupação quando o Ministério da Saúde, por razões que desconhecia, prejudicava sensivelmente a Estados e Municípios, talvez por questões políticas, afirmando ainda que as decisões do Ministro da Saúde eram pouco recomendáveis para o cargo que ocupava, negando ao Estado do Rio de Janeiro o que lhe era devido, com redução das cotas referentes ao SUS, o que era lamentável e devia ser denunciado. Falou também de suas preocupações não apenas com relação a saúde no Brasil, falando que o quadro na América Latina era muito grave, falando do surto da febre amarela na Bolívia, da epidemia de cólera no Peru e no Brasil o "dengue". A seguir, argumentou quanto as injustiças quanto ao ser humano, quando no ano de 1990 o orçamento Militar dos Estados Unidos fora de \$1.000.000,00 (um milhão de dólares), e que naquele instante vidas humanas estavam sendo ceifadas no Golfo Pérsico, o que era uma incoerência. Disse adiante que a situação caótica da saúde no Brasil também era oriunda da miséria quase que absoluta do povo, e mais, que não se podia permitir que o Ministro da Saúde, por ser simpático ao futuro Governador viesse a prejudicar o Estado do Rio, negando o que era devido em termos de verbas, tendo chegado a hora da mobilização para que o Dr. Aleni Guerra fosse questionado, encerrando a seguir sua fala. Após a

fala do Vereador Walmir Rodrigues de Souza, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da Tribuna em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente Azevêda Silva da Rocha disse o seguinte: ⁵ Senhores Vereadores. Ontem viajamos ao Rio de Janeiro a serviço do Legislativo para estarmos em contato com a Direção de Operações do Banerj, vendo as possibilidades de a Prefeitura receber por empréstimo as instalações da antiga Agência do Banerj no Município. Após uma reunião de Diretoria, fomos informados hoje pela manhã que a Agência se encontra em processo de licitação, já que não é mais possível aos Bancos manterem prédios alugados. Assim sendo, a Prefeitura se tiver interesse terá que concorrer na licitação podendo inclusive ceder parte de suas cotas do ICM se assim o entender o Executivo Municipal. Comunico também que estive presente a cerimônia de entrega do Prêmio Galfinho de Ouro, quando foi agraciado o Ilustre Pesquisador Cabofriense Márcio Werneck da Cunha. Esta representação da Câmara se fazia necessária, porque o Pesquisador Márcio Werneck da Cunha disputou com sete candidatos o Prêmio no quesito de pesquisas e foi o contemplado. O seu trabalho foi baseado totalmente em Cabo Frio, com o nome do Município sendo diversas vezes citado e exaltado como um dos percursores das pesquisas no interior fluminense. É naquela oportunidade em que Márcio Werneck da Cunha recebeu o laurel outros representantes, como da área do cinema, das ciências tecnológicas, da cultura e da arte

também foram premiados e todos agradeceram. Notamos a apreensão, a preocupação quanto a situação do país com relação a cultura, a tradição, a biologia e ao meio ambiente, e naquele instante se avantajou dentro de nós, cresceu dentro de nós o orgulho de termos aceitado as ponderações e as sugestões do Conselho de Patrimônio do Município de Cabo Frio, no sentido de que não continuássemos com as obras que pretendiam fazer para a construção do novo Plenário. Ficamos satisfeitos porque ressalva a atuação do Conselho de Patrimônio do Município, ressalva a posição coerente e digna da Câmara Municipal. É pensamento do Conselho que este anexo da Câmara seja também um dia demolido, para que esta área possa ter a tradição restabelecida no seu aspecto paisagístico do século passado. E nós hoje, após conversarmos com os membros do Conselho temos também a mesma idéia e o mesmo conceito. Por isso, longe de representar um desgaste, elevou-se o Legislativo Cabofriense ao aceitar as ponderações e as sugestões do Conselho de Patrimônio de Cabo Frio. Mas, que não se alegrem aqueles que festejaram a impossibilidade de construção do novo Plenário, porque antes de terminarmos este mandato a Câmara Municipal de Cabo Frio vai ter um Plenário digno e a altura de suas incumbências e prerrogativas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se

laurasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em vinte e oito de fevereiro do ano em curso.

Às dezesseis horas do dia vinte e oito de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Acyr Silva da Rocha, e com a ocupação da primeira Secretaria pelo Vereador Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Dirley Pereira da Silva; Jânio dos Santos Mendes; Osmar Sampaio da Silva e Walmir Rodrigues de Macerda. A seguir o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor 1º Secretário que fizesse a leitura da Ata. Após a leitura da Ata, o Senhor Presidente determinou a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Ofício nº 041/91 - Do Conselho Municipal de